

CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE: ATIVIDADES PEDAGÓGICAS COM SOCIOEDUCADORES DA FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FUNAC)

Yuri Jorge Almeida-Silva (1); Jackson Ronie Sá-Silva (2).

(1) Mestrando em Ensino de Ciências e Matemática, Universidade Federal do Maranhão (UFMA), e-mail: yurijorgealmeida@yahoo.com; (2) Professor adjunto da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), e-mail: prof.jacksonronie.uema@gmail.com

Resumo: A Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC) é o órgão responsável pela coordenação e execução da política de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, em cumprimento de medidas socioeducativas, onde se desenvolvem atividades que garantam a proteção integral dos direitos dos adolescentes do sexo masculino e feminino. Como os jovens atendidos nesse ambiente estão na transição entre adolescência e vida adulta faz-se necessário discutir com os mesmos temas que envolvam as transformações do corpo e desejos afetivos. Mas para isso os profissionais que lidam diretamente com esses indivíduos precisam estar a par de tais informações. Nesse sentido, as atividades desenvolvidas nesse trabalho objetivaram subsidiar socioeducadores, que atuam nas unidades da FUNAC de São Luís/MA, na discussão dos temas corpo, gênero e sexualidade. Para a realização das atividades foi adotada uma metodologia baseada na pesquisa ação-participativa e que contou com rodas de conversa, palestras e oficinas. Foi possível notar a partir das atividades o despreparo dos profissionais em discutir temas relacionados a corpo, gênero sexualidade, que muitas vezes acabam sendo omitidos, segundo os mesmos, em virtude de não possuírem embasamento teórico sobre tais as questões e impedindo que crianças e adolescentes tenham esclarecimento dos assuntos. Após uma maior compreensão sobre sexo, gênero e sexualidade, os socioeducadores despertam para análise a respeito dos processos sociais e culturais que constituem as diversas significações que estas temáticas suscitam na sociedade e no espaço da FUNAC. Dessa forma, a atividade de extensão possibilitou além de uma troca de informações, auxílios metodológicos para problematizar os temas sexo, gênero e sexualidade com os jovens de maneira que os mesmos fiquem à vontade e consigam estabelecer uma discussão respeitosa entre o grupo.

Palavras-chave: Corpo, Gênero, Sexualidade.

INTRODUÇÃO

A Fundação da Criança e do Adolescente – FUNAC foi criada em conformidade com a Lei nº 5.560/93. No Estado do Maranhão a FUNAC é o órgão responsável pela coordenação e execução da política de atendimento a adolescentes em conflito com a lei, em cumprimento de medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade, conforme assegura a Lei nº. 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº. 12.594/12, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE e demais normativas internacionais das quais o Brasil é signatário.

A partir de orientações e normativas, desenvolvem-se atividades na Proposta Pedagógica da Medida de Internação Provisória para as Unidades da FUNAC, que tem por finalidade nortear o atendimento socioeducativo destinado ao adolescente, garantindo a proteção integral dos direitos dos adolescentes do sexo masculino e feminino, autores de atos infracionais na faixa etária de 12 a 18 anos incompletos, visando à educação para a vida com discussões de temáticas relacionadas ao

momento atual e fases da adolescência, como é o caso da sexualidade.

As formas como os adolescentes vivem sua adolescência e realizam a transição para a vida adulta faz-se mais tranquila quando os mesmos são informados sobre sua sexualidade. De acordo com Gauderer (1996), em meio a um emaranhado de sentimentos novos, o adolescente necessita de orientação, precisando receber informações sexuais de maneira clara, imparcial, não moralista e calcada na realidade. Nesse sentido, Paiva (1996) afirma que educadores e psicólogos devem ter como pressuposto, na educação sexual, que o indivíduo deve se tornar sujeito e agente regulador de sua própria sexualidade, e não objeto de desejos e roteiros sexuais impostos pelas escolhas dos outros.

Nesse sentido, as atividades desenvolvidas nesse trabalho objetivaram subsidiar socioeducadores¹, que atuam nas unidades da FUNAC de São Luís/MA, na discussão de temas como corpo, gênero e sexualidade, contribuindo com a formação desses profissionais que atuam com crianças e adolescentes e desconstruindo preconceitos socialmente naturalizados. Consideramos também a importância dos trabalhos de profissionais que lidam com a educação de crianças e adolescentes pautados em estudos sobre a sexualidade, haja vista a necessidade de problematizar, questionar, dialogar e compreender os elementos culturais, sociais e históricos que constituem esse aspecto da vida humana.

METODOLOGIA

Para a realização das atividades foi adotada uma metodologia baseada na pesquisa ação – participativa definida por Tripp (2005, p. 446) como uma “forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática”. Tais atividades foram direcionadas para a equipe de profissionais das unidades da FUNAC e realizadas no Laboratório de Metodologia do Ensino de Ciências e Biologia do Curso de Ciências Biológicas da UEMA. Inicialmente foi realizada uma oficina de escrita de redações com os profissionais da FUNAC intitulada “Minhas angústias ao tratar de corpo, gênero e sexualidade”. Tais redações ajudaram a compreender o que os profissionais entendiam sobre sexualidade e educação sexual e quais temas que os mesmos sentiam dificuldade em discutir. Além disso, essa oficina foi importante para a construção do cronograma de atividades e temas a serem discutidos. A partir disso foram elaboradas palestras, rodas de conversas e oficinas artísticas, realizando assim quatro encontros.

¹ Profissionais que lidam diretamente com os menores infratores como: assistentes sociais, psicólogos/as, pedagogos/as e advogados/as.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a análise das redações a partir do referencial teórico de Furlani (2011) e foi observado que os discursos dos socioeducadores centram-se em três abordagens sobre educação sexual: I) Biológica-higienista, centrada no ensino como de promoção da saúde, DSTs, reprodução, gravidez etc.; II) Terapêutica, que busca causas explicativas para as vivências sexuais consideradas anormais ou para os problemas sexuais; e III) Abordagem dos Direitos Humanos, de caráter político e comprometido com a construção de uma sociedade melhor, menos desigual e mais humana.

Com as análises das redações também foi possível notar que todos os socioeducadores tem dificuldades de abordar temas relacionados à sexualidade, dentre os citados destacam-se: abuso e violência sexual, gravidez precoce e pedofilia. Essas dificuldades ao tratar sobre tais temas em específico advêm de questões pessoais que os próprios participantes citaram nos textos como: ter passado por uma educação sexual repressora, vincular o tema a vida pessoal (principalmente família e amigos) e sentir-se inseguro/a. Seguem alguns trechos:

“(...) tenho uma filha de quatro anos de idade e penso que como mãe devo informa-la e educa-la sobre questões de sexualidade, sexo e gênero quando a mesma atingir uma idade mais avançada”. (R2)

“(...) o que me angustia é o estranhamento que ainda existe em algumas pessoas quando precisam lidar com a homoafetividade”. (R6)

“(...) Sou fruto de uma educação repressora onde esta temática não foi trabalhada”. (R12)

Em geral, os socioeducadores revelam nos textos que discutem sexualidade com base em suas próprias histórias de educação sexual. Isso evidencia o despreparo dos profissionais em discutir temas relacionados a corpo, gênero sexualidade, que muitas vezes acabam sendo omitidos, em virtude de os mesmos não possuírem embasamento teórico sobre tais as questões relacionadas aos temas e impedindo que s crianças e adolescentes tenham esclarecimento dos assuntos.

Trabalhos como os de Gonçalves et al. (2012), Andrade e Monteiro (2014) e Rodrigues e Wechsler (2014), apontam as dificuldades de pais e educadores em falar de sexualidade, dentre as quais está a insegurança. Isso ocorre, pois ocorre um diálogo de diferentes gerações, o que provoca a não compreensão das ideias e valores apresentados por ambos.

A sensibilização, e posterior conscientização dos indivíduos, acerca da sexualidade se faz presente em todas as etapas de nosso desenvolvimento como ser humano e na medida em que passamos a refletir sobre ela a conhecermos melhor. Isso nos proporciona acréscimos de

autoconfiança e autoestima melhorando a qualidade de vida e de relacionamento interpessoal e possibilitando discussões além da biológica-higienista.

Primeira Oficina: nessa atividade (figura 1) com socioeducadores foi realizada uma palestra intitulada “Fragilidades conceituais: discutindo sexo, gênero e sexualidade”, para esclarecer as dúvidas dos participantes sobre esses temas e seus significados. Após a palestra estabeleceu-se uma roda de conversa a partir da execução da música “Amor e Sexo”, de Lee et al. (2004). De acordo com as discussões que foram geradas, percebeu-se que a ideia de amor na visão dos socioeducadores está relacionada a afetividades como respeito, amizade e companheirismo e o sexo a segurança, confiança e prazer. Notou-se então que para os socioeducadores há uma relação entre o amor, como primeira instância, e o sexo, e que para que o segundo ocorra deve haver o estabelecimento de uma relação de afeto e respeito ao próximo, não a visão do parceiro como um meio de satisfação. O sexo deve ser uma prática segura, na qual haja interesse comum entre o casal, no qual os indivíduos se sintam à vontade, e não um ato forçado.

Figura 1 - Roda de diálogos com os socioeducadores.



Fonte: Acervo do projeto.

Segunda Oficina: intitulada “Gênero e sexualidade infantil”, no qual foi realizada uma roda de conversa com os profissionais da FUNAC no qual foram discutidos os temas construção histórica e social da infância, as leis de defesa da criança, publicidade e infância e pedofilia.

Com a atividade, foi possível compreender que a infância é uma categoria recente e que somente com a criação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) em 1990, as crianças passaram a ter maior proteção, respaldadas por lei. Além disso, foi possível notar com as discussões que as crianças, na contemporaneidade, são vistas como figuras nostálgicas (remetendo a infância) e em algumas vezes como a criança adultizada (ou seja, vista de maneira erótica) (SOMMER et al, 2013).



Desse modo, durante a atividade foi estabelecida uma conexão com o tema pedofilia e com o conceito estabelecido por Felipe (2006), a pedofilização, descrito da seguinte forma:

O conceito de pedofilização tem sido por mim utilizado no intuito de pontuar as contradições existentes na sociedade atual, que busca criar leis e sistemas de proteção à infância e adolescência contra a violência/abuso sexual, mas ao mesmo tempo legitima determinadas práticas sociais contemporâneas, seja através da mídia – publicidade, novelas, programas humorísticos –, seja por intermédio de músicas, filmes, etc., onde os corpos infanto-juvenis são acionados de forma extremamente sedutora. São corpos desejáveis que misturam em suas expressões gestos, roupas e falas, modos de ser e de se comportar bastante erotizados (FELIPE, 2006, p. 216).

A pedofilia também se caracterizou nas falas como um ato sexual. Contudo, vale ressaltar que não se restringe somente ao ato. Pode ser considerada pedofilia, também o ato não sexual, ou seja, há apenas a vontade de ver, de apenas fantasiar a criança, de acariciar, ver pornografia infantil ou até mesmo pelo fato de se relacionar com crianças mais facilmente, o que não exclui também a possibilidade desse indivíduo manter relações sexuais com um adulto.

Além disso, é possível observar ainda o cuidado ao falar sobre o tema porquanto é muito complexo. O que gera a necessidade de buscar as várias conceituações que possui, já que cada área tem seu próprio discurso. O que evidencia que ao mesmo tempo em que a pedofilia é tratada como doença é também tratada como crime o que gera conflito, evidenciando que mesmo havendo leis a palavra pedofilia não é citada diretamente. E que se trata de um desejo desde os primórdios das civilizações, sendo considerado algo asqueroso somente pela sociedade moderna.

Terceira Oficina: discutiram-se os temas “Igualdade de gênero” e “AIDS”. Com as discussões foi observado que apesar das mulheres assumirem um papel importante na sociedade atual, ainda há uma desvalorização das mesmas, seja no trabalho, na mídia e até mesmo entre o próprio universo feminino, que reproduz discursos machistas. A violência cometida por homens contra mulheres também foi tema bastante pontuado pelos participantes, visto que todos eram do gênero feminino. Ao tratar do tema AIDS, apresentando suas características biológicas e os problemas sociais que a mesma acarreta ao portador do HIV, como o preconceito e a marginalização, houve um momento de comoção por parte dos participantes que relataram um caso que ocorreu com um de colega de profissão da FUNAC.

Quarta oficina: nesta última atividade, foram realizadas atividades lúdicas a partir da produção de desenhos, colagens, pinturas e modelagem com os socioeducadores uma oficina, foi percebido a possibilidade de utilizar a referida atividade com os jovens da FUNAC. Todas as ações da quarta oficina de extensão estavam relacionadas com as discussões que foram feitas no decorrer das oficinas anteriores e acabou servindo para avaliar a compreensão acerca dos temas debatidos.

Durante as atividades os socioeducadores, além de participar, puderam sugerir alterações para melhoria das atividades.

Na atividade de colagem (ver figura 2) que teve como foco “mulher em sociedade”, em virtude maioria dos participantes ser do gênero feminino e por trabalharem em unidades da FUNAC para garotas. As participantes foram divididos em dois grupos e utilizando imagens de revistas tiveram que responder as seguintes perguntas: “como todos querem que eu seja?” e “como eu me vejo?”. A ideia da atividade foi problematizar as dos cartazes com imagens extraídas de revistas e compreender se as participantes percebiam esteriotipos de gênero nesses artefatos. Com o resultado da atividade foi possível notar que as representações femininas construídas pelas equipes apresentaram concepções diferentes.

Figura 2. Atividade de confecção de cartazes com colagens.



Fonte: Acervo do projeto.

Já a equipe que ficou com a proposta “como eu me vejo?” relatou ter dificuldade de encontrar imagens que as representasse. Foi percido por elas que havia uma maior representação nas revistas de mulheres brancas e magras. Por isso a quantidade de imagens do cartaz é menor que a da equipe anterior e as participantes escolheram fotos de mulheres alegres, sorrindo pois egundo os membros da equipe representa mulher feliz consigo mesma independente de padrões e normas impstas pela sociedade para elas.

CONCLUSÕES

As atividades de extensão realizadas nesse projeto com os socioeducadores da FUNAC de certa forma promoveu empoderamento didático e mais humanizado para se trabalhar às temáticas de sexualidade e gênero entre os jovens que cumprem medidas socioeducativas além de possibilitar uma visão interdisciplinar sobre os temas.

Após uma maior compreensão sobre sexo, gênero e sexualidade, os socioeducadores/as despertam para análise a respeito dos processos sociais e culturais que constituem as diversas significações que estas temáticas suscitam na sociedade e no espaço da FUNAC. Dessa forma, a atividade de extensão possibilitou além de uma troca de informações, subsídios metodológicos para problematizar os temas sexo, gênero e sexualidade com os jovens de maneira que os mesmos fiquem à vontade e consigam estabelecer uma discussão respeitosa entre o grupo.

Cabe aos socioeducadores um posicionamento mais crítico diante de temas que são tão recorrente na sociedade como a sexualidade. Por isso, faz-se necessário maior investimento em cursos de formação continuada a fim e melhor prepara desse profissionais. É necessário trabalhar com os socioeducadores o hábito de questionar, pesquisar, problematizar; o desejo de conhecer e a liberdade de expressar suas inquietações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº 12.594/12 - **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. Brasília, 2012.

BRASIL. Lei Nº 8.069 - **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.

BRÊTAS, J. R. S.; SILVA, C. V. **Orientação sexual para adolescentes**: relato de experiência. Acta paul. Enferm., São Paulo, vol.18, n.3, p. 326-333, 2005.

FELIPE, J. Afinal, quem é mesmo pedófilo? Cadernos Pagu, v. 26, jan./junh. 2006: p.201-223

FURLANI, J. **Educação Sexual na Sala de Aula**: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GAUDERER, C. **Sexo e sexualidade da criança e do adolescente**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

GONÇALVES, R. C. et al. Concepções dos pais acerca do diálogo sobre sexualidade na adolescência. **Revista Enciclopédia Biosfera**, v.8, n.15, p. 2053. 2012.

LEE, R.; CARVALHO, R.; JABOR, A. Amor e sexo. In: LEE, R. **Balacobaco**. Rio de Janeiro: Som Livre, 2004. CD.

MARANHÃO. Lei Nº 5.650 - **Fundação da Criança e do Adolescente**. São Luís, 1993.

PAIVA, V. Sexualidades adolescentes: escolaridade, gênero e sujeito sexual. In: PARKER; RICHARD; BARBOSA (orgs). **Sexualidades brasileiras**. Rio de Janeiro: ABIA: IMS/RJ, 1996.

RODRIGUES, C. P.; WECHSLER, A. M. A sexualidade no ambiente escolar: a visão dos professores de educação infantil. **Cadernos de Educação**, n.1, v.1, p. 89-104. 2014.

SOMMER, L. H.; SCHMIDT, S. Pedagogia da publicidade e produção cultural infantil contemporânea. **Educação Unisinos**, v. 17, n. 2, p. 155-163, mai.-ago. 2013.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 3, set./dez, p. 443-466, 2005.